



Instituto Superior de Economia e Gestão

UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA

DESDE 1911

MESTRADO

GESTÃO E ESTRATÉGIA INDUSTRIAL

TRABALHO FINAL DE MESTRADO

DISSERTAÇÃO

**A Importância do Financiamento nas Empresas Portuguesas em
Ciclos de Contração Económica**

JOÃO PAULO COSTA RAMOS

SETEMBRO DE 2012



Instituto Superior de Economia e Gestão

UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA

DESDE 1911

MESTRADO EM GESTÃO E ESTRATÉGIA INDUSTRIAL

TRABALHO FINAL DE MESTRADO DISSERTAÇÃO

A Importância do Financiamento nas Empresas Portuguesas em Ciclos de Contração Económica

JOÃO PAULO COSTA RAMOS

ORIENTAÇÃO:

PROFESSOR DR. JAIME SERRÃO ANDREZ

SETEMBRO 2012

Resumo

A razão desta dissertação assenta na crescente importância que o crédito tem para as empresas e na necessidade de estas terem de se adequar e conhecer os parâmetros que têm de cumprir para que possam obter financiamento junto das instituições de crédito.

Num período como o que se vive actualmente, em que os recursos financeiros são escassos e se sente um abrandamento significativo em muitas áreas da economia, importa que a gestão das empresas saiba se deverá implementar estratégias de contenção ou expansão em termos de investimento.

Procura-se com esta dissertação analisar as estratégias adequadas para as empresas, nomeadamente as de menor dimensão, de forma a assegurarem a obtenção de financiamentos em períodos de contração económica, procurando-se reunir estudos e experiências de vários autores e outras fontes de informação reconhecidos a nível mundial.

Questões como financiamento, crédito, organização, risco, informação, liquidez, crise serão pontos de partida para compreender melhor as alterações que se verificam no contexto económico mundial e que limitam a atuação das empresas e suas estratégias.

Procurar-se-á, assim, dar resposta às questões:

- Quais as alterações nos critérios de aferição do risco usados pelas instituições bancárias para analisar as empresas em ciclos de contração da economia?
- Qual a informação relevante que as empresas deverão saber fornecer aos Bancos para melhor aceder ao crédito?
- Que implicações organizacionais e estruturais deverão as empresas cumprir para assegurarem/“oferecerem” menor risco?

Palavras-Chave: financiamento, crédito, risco, organização, informação, liquidez e crise.

Abstract

The point of this essay is the growing importance that the credit has for companies, and the need that these have to adapt and know the parameters they have to follow in order to get finance from the Credit Institutions.

In the actual period where the financial resources are scarce and we are feeling a significant slowdown in several areas of the economy, it is important that the company management knows if they should implement saving or expansion strategies in regards to their investment.

In this essay the objective is to analyse the most adequate plans to be put in place by companies, including those companies of a smaller size, this way they will ensure to get finance in periods of economic depression.

Questions such as financing; credit; organisation; risk; information; liquidity and crisis are starting points to better understand the changes that we see in the worldwide economic context and that mimic the companies actions and their strategies.

I'll endeavour, in this essay, to give answer to:

- What are the changes in the elements of risk analysis used by the banks to evaluate companies in times of economic depression?
- What kind of information companies have to give banks in order to be given credit?
- What organisational and structural changes must a company comply to in order to offer less risk?

Keywords: Financing; credit; risk; organisation; information; liquidity and crisis

Agradecimentos

A realização desta Dissertação de Mestrado só foi possível com o contributo e conhecimentos de diversas pessoas, bem como, com a compreensão e apoio de outras, pelo que gostaria agora, após o dever cumprido de prestar o meu agradecimento e reconhecimento a todas elas e em particular:

Ao Professor Dr. Jaime Andrez, meu orientador, por ter aceite orientar este trabalho, pelos seus conhecimentos, competências e tempo que sempre me disponibilizou, bem como pelas correcções, críticas e sugestões que fez durante a elaboração desta dissertação e que pela sua relevância em muito contribuíram para o seu melhoramento.

Ao Professor Doutor Miguel Cruz, Administrador do IAPMEI responsável, entre outras, pela área dos apoios às empresas, pela disponibilidade que demonstrou para me receber e transmitir os seus conhecimentos sobre as empresas em Portugal e o apoio que o IAPMEI presta em termos da preparação e formalização da proposta de crédito.

Ao Dr. António Duarte, Diretor da área de crédito a empresas do Millennium BCP, pela disponibilidade e pela partilha das suas experiências e valiosas indicações que contribuíram para compreender melhor o mercado de crédito português, as exigências e a forma como se analisam as empresas e as suas propostas de crédito.

A todos aqueles, família e amigos que se viram privados da minha normal companhia e em especial à Sofia, pelas longas horas que passei a trabalhar, muitas delas longe de casa. Obrigado pelo teu enorme apoio, incentivo e compreensão.

À minha família, pelo apoio incondicional e por serem um refugio para mim e em especial à minha mãe, irmãos, avós, ao Graça, ao meu tio João Costa ao Eurico e à Julieta Pereira minha sogra. Obrigado por acreditarem em mim.

Aos meus amigos que me incentivaram a fazer este Mestrado e que muitas vezes contribuíram com as suas críticas para a elaboração desta dissertação. O meu enorme agradecimento à Fernanda e ao Edgar Carou, à Luísa e ao Salvador Ribeirinha, à Jacinta Martins, à Irina Khan, a Patrícia e ao Marco Águas e em especial à Inês Branquinho que me lançou o “desafio” deste Mestrado e me acompanhou até ao seu final. A todos vós um obrigado pela vossa amizade.

Não esqueço ainda outros companheiros de turma com quem me relacionei, elaborando vários trabalhos e que pela ligação que se criou foram também um pilar importante de apoio para que esta dissertação fosse feita. Agradeço em especial à Patrícia Barata, ao Filipe Vicente, à Inês Santos e à Patrícia Silva.

Mais uma vez, a todos os que contribuíram para a realização desta Dissertação, independentemente da forma, os meus sinceros agradecimentos.

Índice Geral

Resumo -----	3
Abstract-----	4
Agradecimentos -----	5
Índice Geral -----	7
Índice de Tabelas-----	8
Índice de Figuras -----	8
1. Introdução -----	9
1.1. <i>Motivações</i> -----	9
1.2. <i>Enquadramento, Objetivos e Estrutura da Dissertação</i> -----	9
2. A Importância do Financiamento nas Empresas Portuguesas em Ciclos de Contração Económica - Revisão de Literatura-----	13
2.1. <i>A Crise e a Economia</i> -----	13
2.2. <i>A origem da crise de 2008</i> -----	14
2.3. <i>Risco de crédito e de liquidez</i> -----	16
2.4. <i>O Acordo de Basileia III</i> -----	17
2.5. <i>A Importância da Regulação</i> -----	21
2.6. <i>A importância das Instituições de Crédito na Economia</i> -----	23
2.7. <i>Relações Empresa Banco</i> -----	24
2.8. <i>Critérios e análise interna do risco por parte dos Bancos</i> -----	25
2.9. <i>Panorama do crédito concedido a empresas em Portugal</i> -----	28
3. Alterações nos critérios na aprovação de crédito às empresas em Portugal -----	31
3.1. <i>Metodologia, Inquérito e Dados</i> -----	31
3.2. <i>Evolução do Mercado de Crédito</i> -----	32
3.3. <i>A dimensão das empresas e o acesso ao crédito</i> -----	36
3.4. <i>Fontes de financiamento das empresas</i> -----	38
3.5. <i>A pressão da Regulação nos Critérios e na concessão de crédito</i> -----	42
4. Conclusão, dificuldades e aprofundamentos futuros-----	45
4.1. <i>Conclusões</i> -----	45
4.2. <i>Dificuldades e aprofundamentos futuros</i> -----	51
Bibliografia -----	53
Anexos-----	55

Índice de Tabelas

Tabela I - Mínimo de Capital Requerido nas diversas Fases do Basileia III -----	18
Tabela II - Índice de difusão - Séries (2007 – 2012) -----	55
Tabela III - Nota Metodológica usada nos Inquéritos do Banco de Portugal -----	56

Índice de Figuras

Figura 3-1 - Evolução na Oferta e Procura de Crédito -----	33
Figura 3-2 - Alterações efetuadas em termos de critérios para aprovação de crédito --	34
Figura 3-3 - Comparativo de critérios entre grandes empresas e PME -----	37
Figura 3-4 - Fatores com influência na procura de crédito por parte das empresas ----	39

“ A economia real foi estimulada pela expansão de crédito. Por que não seria afetada pela contração do mesmo?”

(Soros, G. 2008)

1. Introdução

1.1. Motivações

A motivação para a realização desta dissertação assenta no interesse pessoal sobre o funcionamento dos mercados devido à atividade profissional que exerço neste momento, e onde quase diariamente “cruzo” as razões e os interesses tanto de empresas como das instituições de crédito; acresce como motivação o reconhecimento da crescente importância que o crédito tem para as empresas e a preocupação sobre a capacidade de resposta das empresas que vou apreendendo nos casos em que intervenho.

1.2. Enquadramento, Objetivos e Estrutura da Dissertação

As empresas lidam atualmente com alterações cada vez mais rápidas na sua envolvente, diretamente relacionadas com a sua atividade ou em áreas que influenciam e condicionam o seu normal funcionamento, criando dificuldades e oportunidades que estas terão de gerir, de forma a sobreviver e procurar crescer.

A crise económico-financeira que atualmente afeta grande parte das economias desenvolvidas no Mundo, por muitos considerada como sendo uma das piores crises de que há registo, trouxe diversas alterações ao nível do comércio e, principalmente, ao nível das políticas adotadas pelos reguladores e agentes do setor financeiro.

A atual crise é, em grande medida, uma crise de confiança que se instalou no mercado de capitais em 2007, com a crise do *subprime*, e que limitou a liquidez no mercado.

Verifica-se, de facto, uma maior dificuldade no acesso ao crédito por parte das empresas, podendo-se pôr em causa o normal funcionamento da economia. A questão que se prende é a de conseguir controlar o risco das operações de crédito, continuando a procurar equilibrar a procura e a oferta de financiamento à economia. Esta obtenção de crédito pode resultar, nos períodos de contração, em estratégias expansionistas com capacidade para fortalecer a economia; contudo, as empresas terão de se adequar a critérios mais rigorosos do que aqueles que, até ao início da crise, vinham a ser praticados.

Esta dissertação procurará então refletir sobre a capacidade de as empresas poderem obter financiamentos, usando-os para se dotarem de estratégias expansionistas ou, em caso de dificuldade de acesso ao mesmo, saberem aplicar o pouco capital existente em modelos e áreas de negócio que melhor dominem e mais conhecem, ou seja, em modelos e áreas de negócios de menor risco; investindo em áreas mais seguras, e onde o conhecimento é mais profundo e, embora possa ser problemática a dependência e o fraco crescimento em setores maduros, evitam-se erros e concentram-se recursos, tornando-se mais sustentável a empresa (Harrison, J. 2005).

De forma a poder evitar futuros problemas, a atividade bancária regista significativas alterações, procurando-se com isto que o setor, pela sua importância, seja parte da solução e não do problema.

As propostas e os novos procedimentos do Comité de Supervisão Bancária de Basileia¹ a adotar pelos Bancos estão fixados no Acordo Basileia III e foram aprovados e aceites por entidades supervisoras de diversos países em setembro de 2010. Estes procedimentos serão aplicados até 2019 e trarão alterações significativas ao funcionamento das instituições e seus clientes, sendo expectáveis alterações ao modelo de negócio e na rentabilidade dos bancos.

Aqui assenta a principal questão para as empresas que procuram financiar-se junto das instituições bancárias: *que critérios e dados sobre si terão de fornecer e cumprir para que o escasso valor existente para ser concedido possa contemplá-los?*

Duas outras questões acessórias se lhe associam e que têm a ver com o resultado esperados desta dissertação, isto é, o que devem as empresas fazer para contornarem a restrição ao crédito:

- **Qual a informação relevante que as empresas deverão saber fornecer aos Bancos para melhor aceder ao crédito?**
- **Que implicações organizacionais e estruturais deverão as empresas cumprir para assegurarem /“oferecerem” menor risco?**

Como metodologia de estudo procedemos, primeiramente no Capítulo 2, à revisão da literatura, procurando compreender melhor a crise e as suas origens, bem como a importância do setor bancário, a sua forma de funcionamento e relacionamento com as empresas e a economia e, principalmente, conhecer as novas regras de funcionamento dos bancos que podem condicionar, de forma mais restritiva, o crédito.

¹O comité de Supervisão Bancária de Basileia (BCBS Basel Committee on Banking Supervision) foi estabelecido em 1974 pelos presidentes dos Bancos Centrais dos países do grupo dos dez e visa discutir o setor bancário, os seus padrões de conduta e fortalecer a solidez e segurança no setor. Não detém autoridade para fazer cumprir as suas recomendações mas a maioria dos países membros ou não implementam as mesmas.

O Comité é constituído por representantes dos Bancos Centrais de Bélgica, Canadá, França, Alemanha, Itália, Japão, Países Baixos, Suécia, Suíça, Reino Unido, Estados Unidos, Luxemburgo e Espanha.

No Capítulo 3, procede-se à análise de dados referentes à concessão de crédito e ao método criterioso usados pelas instituições em Portugal para emprestar capital. A recolha destes dados foi importante para a construção dos gráficos (para o período do início da crise até à atualidade, com base em dados do Banco de Portugal) que permitiram identificar não só as alterações que estão neste momento a processar-se ao nível do mercado do crédito, provocadas pelo ciclo de contração e menor dinâmica económica que se atravessa, mas também os modelos de notação usados para atribuir risco às empresas e os critérios de análise creditícia a que estão sujeitas, e às quais se atribuem maior relevância ou mais se alteraram, contribuindo para que as empresas tenham maior ou menor dificuldade em obter crédito. Procurou-se ainda, juntar-se a visão dos bancos, das empresas e de uma agência pública (IAPMEI), através de entrevistas com responsáveis pela decisão de concessão de empréstimos e de incentivos ao investimento, respetivamente.

A dissertação encerra, naturalmente, com as Conclusões e a análise das principais dificuldades e perspectivas de aprofundamento futuro dos temas tratados.

2. A Importância do Financiamento nas Empresas Portuguesas em Ciclos de Contração Económica - Revisão de Literatura

2.1. A Crise e a Economia

A crise que atualmente a economia mundial atravessa é diferente de todas as que já existiram. É mesmo consensual entre muitos autores que a mesma, pelas características dos mercados, pela velocidade de informação e pela dependência que os mesmos contemplam entre si, levou a que os mercados das economias desenvolvidas se vissem em dificuldades para conseguirem alguma estabilidade. Para alguns autores, a crise teve por base uma expansão de crédito e o surgimento de instrumentos financeiros sofisticados, aos quais não se atribuiu o seu verdadeiro risco (Soros, 2008).

Já na década de 1980, Minsky apresentava algumas conclusões interessantes nesta matéria. Para este autor, em períodos onde se verifique uma maior expansão de crédito, os ganhos para quem investe começam a ser considerados baixos, o que leva a uma procura de maior risco. Esta situação leva também a que exista uma maior instabilidade na economia, caso não se verifique uma regulação forte (Minsky, 1986).

Desde o início da década de 1980 que se tem assistido a uma tendência crescente na concessão de crédito, bem como a um crescimento económico acelerado baseado no mesmo. Todavia, as crises têm surgido na economia em intervalos de tempo cada vez mais curtos. Kindleberg, outro autor que abordou e pensou sobre as crises e a sua frequência na economia, diz existir uma relação entre estas e períodos de menor rigor na análise e concessão de crédito (Kindleberg, 2009).

Assiste-se neste momento a nível mundial a uma crise que conjuga vários fatores importantes; um “gigante de outrora renasce” a oriente, surgindo uma espécie de “guerra de moedas” e de oportunidades para se mudar a atual ordem instalada, procurando proceder-se à alteração dos pólos ou centro de decisão do Mundo.

Contudo, e embora muitos autores, inclusive os citados anteriormente, concordem que as crises são provenientes de uma incorreta análise, ou ainda numa menos criteriosa avaliação das propostas de concessão de crédito, reconhecem e concordam que a economia e os seus agentes necessitam de deter recursos que possam investir de forma a poder criar valor acrescentado. Assim sendo, a solução para muitos passa pela regulação e uniformização por parte das entidades competentes, por forma a que o risco seja reduzido nos mercados e as instituições bancárias não sejam parte do problema, mas sim uma solução de apoio às economias sempre que as adversidades surjam.

2.2. A origem da crise de 2008

Após a II guerra mundial, a economia registou vários períodos conturbados e instáveis; períodos de menor crescimento que têm vindo a verificar-se numa escala temporal cada vez mais curta, dada a complexa e dependente relação entre as várias economias ditas desenvolvidas do mundo.

Durante a década de 70 do século passado, assistiu-se a duas crises do petróleo e ao surgimento de novos instrumentos financeiros, bem como ao aumento dos empréstimos internacionais.

Na década de 80, os Estados Unidos da América tiveram programas de redução de impostos que levaram a uma grave recessão e a economia Mexicana não conseguiu

fazer face à sua dívida internacional, levando a que muitas economias próximas sofressem pressões negativas.

Nos anos 90, a instabilidade veio com um processo de insolvências iniciado com o fundo *Long-Term Capital Management*.

Em todas estas crises, a moeda mais forte ao nível internacional, o dólar americano, foi usada pelo FED² para proceder a correções através da taxa de juro e do controlo monetário.

Já o fim do séc. XX início do séc. XXI registou uma bolha tecnológica, ou seja, uma crise especulativa sobre empresas baseadas na Internet e um ataque terrorista aos EUA que, mais uma vez, levou o FED a baixar as taxas de juro como forma de controlar a situação; contudo, esta situação acabou por criar um incentivo à dívida hipotecária, surgindo assim novos produtos financeiros que levaram a um aumento do crédito. As entidades financeiras começaram a conceder créditos e a criar derivados que colocavam no mercado e que acabou por levar a que, em muitos casos, tenham surgido créditos concedidos a clientes que não reuniam capacidade de cumprimento de dívida ou tinham mau histórico creditício, mas que não se viam obrigados a comprovar tal capacidade, surgindo assim o *subprime*³.

Com a queda do valor dos imóveis, muitos bancos foram “arrastados” para uma situação de insolvência. Já no decorrer do ano de 2007, toda esta conjuntura levou a uma crise de confiança no sistema financeiro e consequentemente à falta de liquidez bancária. Mesmo as instituições que não detinham este tipo de empréstimos acabaram por ser

² FED – Federal Reserve System, é o sistema de Bancos Centrais dos Estados Unidos da América, concebido para servir interesses do público em geral, bem como os dos banqueiros privados.

³ Subprime é um crédito de risco concedido a um tomador que não oferece suficientes garantias para beneficiar da taxa de juro mais vantajosa.

afetadas, uma vez que, embora não detivessem este tipo de ativos, têm necessidades de capital para poder proceder a empréstimos a mais longo prazo.

2.3. Risco de crédito e de liquidez

Existe então necessidade de abordar alguns conceitos importantes e associados por forma a compreender-se como a economia é afetada e dependente da relação entre as instituições bancárias e os restantes agentes presentes no mercado.

Dever-se-á, em primeiro lugar, compreender o que levou à necessidade de regular e controlar de forma mais próxima a atividade financeira nas economias que sentem de forma especial esta recessão.

Os riscos associados à atividade bancária são apontados como a origem das dificuldades de todo um setor e das economias dependentes deste. Risco de crédito ou de liquidez são dos que mais peso têm no normal funcionamento de uma instituição, sendo de extrema importância para o regulador poder balizar e controlar a influência destes no balanço e no normal funcionamento das instituições.

Por risco de crédito entende-se o risco de maior ou menor probabilidade de uma empresa, ou de um Estado que emite instrumentos de dívida, não pagar os juros ou não reembolsar o capital aplicado, ou ainda a incerteza quanto ao retorno esperado por incapacidade do tomador do empréstimo.

Quanto ao risco de liquidez, este advém da possibilidade de existir uma entidade interessada em transacionar um determinado ativo, mas não conseguir fazê-lo, por não existir quem o queira comprar a preço razoável, ou mesmo a qualquer preço. Isto pode levar, em muitas situações, a graves consequências, uma vez que pode dar-se o caso de

a entidade que está a tentar colocar este ativo estar obrigada a liquidar o mesmo para fazer face a outros compromissos.

Ao compreendermos estes conceitos, percebemos a importância de questões que se prendem com a análise de risco, bem como com a incerteza do retorno de um qualquer investimento para as instituições bancárias e para a economia, uma vez que a rentabilidade é um dos motores da mesma.

Torna-se fundamental que exista uma correta análise e controlo de crédito, tanto pelas instituições financeiras, bem como pelas entidades reguladoras, reduzindo assim a probabilidade de virem a verificar-se situações como as que se têm vivido nos últimos anos.

Neste sentido, foram emitidas recomendações por parte do Bank for International Settlements (Basileia III), instituição que tem por missão apoiar os Bancos Centrais na busca da estabilidade monetária e financeira. Para os analistas do comité, as instituições bancárias não foram capazes de absorver o impacto da crise e ajudar a contrariá-lo.

2.4. O Acordo de Basileia III

A importância da análise e da perceção do risco associado a operações de crédito é vital na relação Banco/Empresa pois a concessão de crédito é a principal atividade das instituições financeiras e a fonte primordial para a obtenção de recursos para as empresas, demonstrando uma dependência mútua e geradora de negócios entre as partes. Observando esta interligação numa dimensão maior, a concessão e o uso de crédito estimulam e beneficiam em muito a economia e todos os seus agentes. Com as recomendações do Basileia II, os critérios de análise usados pelos Bancos já caminhavam para uma uniformização, principalmente em termos da análise quantitativa

ou baseada nos resultados económico-financeiros. A dificuldade nesta uniformização prende-se mais com aspetos qualitativos a que algumas instituições atribuem mais ou menos valor e que têm peso na decisão de crédito. Com o agonizar da crise iniciada em 2007, e com as recomendações do Comité de Basileia adotadas em 2010 (Basileia III), os Bancos veem-se forçados a cumprir metas mais auspiciosas.

A preocupação fulcral do acordo de Basileia III é o risco; os vários tipos de risco a que as instituições bancárias estão sujeitas no decorrer da sua atividade e que se procurou ter em conta, de forma a que estes sejam contidos e proporcionem um melhor funcionamento das instituições e dos mercados. Procura-se obter um sistema bancário forte e resistente para que o crescimento e o desenvolvimento sejam alcançados de forma sustentada.

Assim, e de acordo com as propostas daquele Comité, os Bancos deverão, até ao ano de 2019, proceder ao cumprimento de metas e objetivos de forma faseada e que, segundo os mesmos, permitirão tornar mais sólido o sistema bancário.

Tabela I

Mínimo de Capital Requerido nas diversas Fases do Basileia III

	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Tipos de Capital									
Minimum Common Equity Capital Ratio			3,5%	4,0%	4,5%	4,5%	4,5%	4,5%	4,50%
Capital Conservation Buffer						0,625%	1,25%	1,875%	2,50%
Minimum Common Equity + Capital Conservation Buffer			3,50%	4,00%	4,50%	5,125%	5,75%	6,375%	7,00%
Phase-in Of Deductions from CET 1				20%	40%	60%	80%	100%	100%
Minimum Tier 1 Capital			4,50%	5,50%	6,00%	6,00%	6,00%	6,00%	6,00%
Minimum Total Capital			8,00%	8,00%	8,00%	8,00%	8,00%	8,00%	8,00%
Minimum Total Capital + Conservation Buffer			8,00%	8,00%	8,00%	8,63%	9,25%	9,88%	10,50%

Fonte: Basel Committee on Banking Supervision, Group of Governors and Heads of Supervision announces higher global minimum capital standards, Press Release, annex 2, 12-09-2010

Para procurar evitar futuras crises, os bancos deverão proceder ao aumento das suas reservas de capital para 7% até 2019. O *common equity tier I*, medida que indica a vitalidade e saúde de um Banco e que contabiliza os ativos do Banco tendo em conta ou ponderando os riscos de crédito, passará dos actuais 2% para 4,5%, ao qual se deverá somar uma “almofada” de conservação de capital de 2,5% dos ativos ponderados pelo risco. O agora chamado de *core tier I* é formado por fundos próprios de base, ou seja, capital social realizado, lucros retidos e dívida subordinada sem maturidade, elevando-se para 7% o mínimo exigido até 2019.

Também as exigências mínimas para que as Instituições possam ter nota positiva nos testes de *stress*, sofrem um aumento de 4%, passando para 6% de mínimo.

Estas exigências passam a ser implementadas, de forma gradual, a partir de 2013 e poderão, consoante o mercado em que a instituição se encontre inserida, ter a obrigatoriedade de um capital mínimo exigido de 13%. Isto porque, consoante as necessidades de cada país, poderá ainda ser exigida uma “almofada” de capital contra cíclico, que varia entre 0% e 2,5%. Esta “almofada” tem por finalidade poder proteger o sistema financeiro em períodos de expansão de crédito.

Para muitos autores e estudiosos da atividade económica, existem ainda algumas reticências a ter em consideração na aplicação deste acordo. Walter Eubanks (2010), especialista em Economia financeira, descreve no relatório⁴ de apresentação deste acordo ao Congresso dos Estados Unidos da América, algumas possíveis limitações de análise e as implicações para a economia Americana. Segundo este autor, as instituições financeiras dos EUA poderiam apresentar-se em desvantagem competitiva nos mercados financeiros e levar a que muitas instituições bancárias se deslocassem para

⁴ Walter W. Eubanks (2010), “The Status of the Basel III Capital Adequacy Accord”

outras economias com menores exigências em termos de regulação. No caso dos EUA, outra preocupação relaciona-se com o Acordo de Basileia II que nunca chegou a ser colocado totalmente em prática, pois a crise iniciou-se durante o período em que este estava ainda a ser implementado. Por outro lado, as atuais exigências de capital levarão a uma redução na concessão de crédito e a uma menor rentabilidade, “travando” a economia. Salienta-se ainda neste relatório que o prazo de implementação de todas as exigências do acordo são curtos, referindo as metas já para 2013, e exemplificando com o anterior acordo, onde o prazo estabelecido de seis anos não foi cumprido e o acordo nunca chegou a ser implementado, na totalidade, na economia norte americana. Outra situação prende-se com a capacidade para atingir as metas em termos de capital, uma vez que, nos melhores anos da Banca nos EUA, nunca o valor agora requerido foi obtido.

Também na Europa se manifestaram algumas críticas relativamente ao novo acordo; a capacidade para cumprir as metas traçadas por parte dos bancos norte americanos, que historicamente sempre apresentaram níveis mais altos de capital, coloca-os em termos de concorrência com os europeus num “patamar” diferente e com um potencial superior, pois terão de fazer um menor esforço de ajustamento.

Fazendo face a este tipo de questões, o acordo de Basileia III apresenta-se como um acordo entre os Bancos centrais e os reguladores, ou supervisores bancários, permitindo a cada país membro a adequação à sua realidade e regulação vigente, trazendo alguma flexibilização dentro da harmonização que se pretende.

2.5. A Importância da Regulação

Tal como já referenciado anteriormente, qualquer que seja a regulação do setor financeiro, esta exerce uma influência sobre os resultados e a forma de trabalhar dos diversos agentes. Este tema ganha força e é reavivado principalmente em alturas de maior contenção e dificuldade económicas. Entre os autores que estudaram esta questão da interferência positiva ou negativa dos reguladores económicos, encontramos Minsky, que já na década de oitenta defendia que deveria existir uma forte regulação em períodos de expansão de crédito, procurando-se assim evitar instabilidades criadas pela procura de investimentos com maior risco. Em Portugal, com o acentuar da crise económica, e ainda antes de o Comité de Basileia ter feito as suas recomendações (Basileia III), já o Banco de Portugal, na pessoa do seu então presidente Dr. Vítor Constâncio, alertou para a atenção que se devia concentrar sobre a evolução dos riscos de crédito e de liquidez dos Bancos e ao cuidado que estes deveriam ter na atribuição de crédito (Constâncio, Dezembro de 2007).

A supervisão do sistema financeiro português é da competência do Banco de Portugal e *encontram-se definidas na sua Lei Orgânica, no Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras (RGICSF) e no Regime Jurídico relativo ao acesso à actividade das Instituições de Pagamento e à prestação de Serviços de Pagamento (RJIPSP)*, tal como divulgado pela Instituição na sua página de Internet.⁵

A atividade de regulação passa pela supervisão prudencial e comportamental, procurando a estabilidade e eficiência do sistema financeiro, bem como a proteção dos interesses dos clientes. Assim, o principal objetivo é o controlo de determinados riscos inerentes à atividade em que estas instituições se encontram inseridas. Compete ao

⁵ <http://www.bportugal.pt> (07-2012)

Banco de Portugal (BDP) autorizar a constituição e o acompanhamento das instituições bancárias, disciplinando a atividade, emanando recomendações e sancionando infrações e irregularidades verificadas.

A regulação do sistema financeiro português passa, na sua maioria, por refletir as disposições europeias, seguindo a tentativa de harmonização que se procura ao nível da União Europeia, tal como referido no documento do *Committee of European Banking Supervisors*⁶, *CEBS Guidelines on Supervisory Disclosure – Revised* (janeiro 2010). Este comité estabelece diretrizes, de forma a ser criado um quadro europeu para supervisão e tem como objetivo primordial a transparência dos mercados financeiros europeus e a sua harmonização, não procurando de alguma forma limitar o supervisor, pois permite alguma flexibilidade quando esta se apresenta como necessária.

Os objetivos deste quadro mais uniforme ao nível dos países passam pela melhoria da eficácia na supervisão, pois o conhecimento e divulgação das normas são do conhecimento de todos, e pela promoção da igualdade de condições em toda a Europa.

A regulação procura, então, que o mercado se torne mais transparente e os clientes possam ter uma melhor forma de proteção. Por outro lado, também em termos de concorrência, os agentes que participam no mercado têm de cumprir mínimos exigidos a todos por igual.

Com o acordo de Basileia III, os vários supervisores terão de garantir que os diversos Bancos cumprem os princípios deste acordo nas várias jurisdições, exigindo que a base de capitais das Instituições seja reforçada e a tomada de risco seja feita de forma

⁶ CEBS, Comité das Autoridades Europeias de Supervisão Bancária foi um grupo independente de supervisão bancária criado pela Comissão Europeia em 2004, com o objetivo de aconselhar e contribuir para o cumprimento das diretivas da União Europeia, bem como melhorar a cooperação entre os supervisores dentro do espaço da União. Atualmente a este comité sucedeu a EBA, Autoridade Bancária Europeia.

prudente e sustentável, tal como comunicado do BDP sobre reforço do rácio “*Core Tier I*” das instituições de Crédito de 07 de abril de 2011.

2.6. A importância das Instituições de Crédito na Economia

Num período conturbado como o que se vive hoje, é necessário repensar todas as políticas económicas e retirar conhecimentos e lições de forma a evitar, assim, futuras situações idênticas para a economia.

É reconhecida, por todos os agentes económicos, a importância para a economia de um setor bancário que promova e ajude os mercados a funcionar corretamente, corrigindo desvios que possam surgir, perturbando o seu normal funcionamento. Assim, a estreita ligação entre empresas e o setor bancário carece de uma extrema confiança. Para que o mercado possa ter na Banca um forte aliado, e não apenas um conjunto de empresas financeiras geridas de forma arbitrária, inconsequente e pouco transparente para o mercado, alguns autores defendem uma maior regulação. A importância do setor financeiro e creditício para o restante mercado é tal que não pode funcionar sem uma supervisão constante; no cúmulo poder-se-á dizer que um setor bancário fraco poderá levar a economia a uma profunda recessão, funcionando como travão da mesma.

O Comité de Supervisão Bancária de Basileia, principal órgão orientador das instituições financeiras a nível mundial, viu-se “forçado” a impor novas formas de gestão de risco à Banca para promover uma gestão mais correta e rigorosa, evitando que estas instituições avolumem o problema, tornando-as em aliados para a saída da crise e fortalecendo-as para que possam evitar futuras situações.

As recomendações levam a que as instituições bancárias forçosamente restrinjam a concessão de crédito, aumentando a exigência relativamente à análise das propostas de financiamento.

A revisão do Basileia II, acordo que estipulava regras que já condicionavam o livre funcionamento dos agentes financeiros, impunha-se por força de uma crise que se instalou e colocou as fraquezas de vários setores a descoberto. Situações de balanço dos agentes financeiros, ou ainda os recursos que estes detinham para fazer face a riscos assumidos, bem como a falta de liquidez que o mercado apresentou, ajudaram a que a crise se tornasse mais duradoura e sem mecanismos que a contrariassem.

O sector bancário e as suas relações com os restantes agentes económicos já foram estudados por vários autores, sendo que para esta dissertação em concreto têm interesse questões como a informação assimétrica, uma vez que, com a obrigatoriedade de se proceder a uma análise mais cuidada das propostas de negócio, as empresas poderão conseguir maior ou menor vantagens com o fornecimento de mais ou menos informação à instituição bancária, podendo ainda a diferença estar entre conseguir financiamento ou não.

2.7. Relações Empresa Banco

Os Bancos foram, e continuarão a ser no futuro próximo, a principal fonte de financiamento das empresas em todo o mundo; contudo, como já percecionado durante a dissertação, o setor bancário está a sofrer alterações significativas, tornando-se vital para as empresas compreenderem quais os requisitos que terão de cumprir para poderem aceder ao crédito. As instituições bancárias terão de conseguir restringir a concessão de crédito tanto por questões de balanço, como por questões de gestão de risco de crédito.

Até há pouco tempo, quanto mais duradouro fosse o relacionamento entre empresa e banco, maior seria o conhecimento adquirido, aumentando assim a probabilidade de concessão de crédito (Petersen e Rajan, 1994). A confiança adquirida leva, inclusive, à contratação de taxas mais baixas e sujeitas a menos garantias (Berger e Udell, 1995). Torna-se vital que as empresas neste momento forneçam o máximo de informação possível, uma vez que, pelas imposições dos reguladores e das agências de *rating*, e ainda pelos elevados custos que a informação assimétrica acarreta, os bancos vão ser mais rigorosos e prestar especial atenção às prestações futuras e não tanto aos desempenhos passados.

Assim sendo, a qualidade do crédito é fundamental para os Bancos, principalmente Bancos especializados onde a diversidade da sua carteira é mais restrita a créditos de maior risco, tendo a informação prestada de ser a mais adequada, para que os bancos possam fundamentar a notação do seu risco em termos de financiamento.

2.8. Critérios e análise interna do risco por parte dos Bancos

A avaliação do risco por parte dos Bancos é feita através de um de dois sistemas: um *standard*, com base nas agências de *rating*, e um desenvolvido internamente (IRB – *Internal Ratings Based*).

Cada banco terá autorização para o uso da sua metodologia de análise de risco de crédito, embora estes modelos tenham de ser aceites pelo regulador.

No caso dos particulares e das pequenas e médias empresas, a notação do risco será atribuída internamente, pois as mesmas não têm dimensão significativa para poderem estar sujeitas à análise das empresas de *rating*.

A análise interna efetuada pelos Bancos assume então em dois métodos de análise: um básico e outro avançado. Na análise básica, encontramos apenas a probabilidade de incumprimento. Por outro lado, na análise avançada, os elementos tidos em conta assentam em três parâmetros: probabilidade de incumprimento (PD – *Probability of default*), ou a probabilidade de um mutuário entrar em incumprimento no período de um ano. Outro dos parâmetros prende-se com a medição do valor da perda, caso exista incumprimento (LGD – *Lost-given-default*). A exposição no momento do incumprimento é o último parâmetro a ter em conta (EAD – *Expousure at default*), embora a análise tenha em conta a maturidade efetiva do crédito, bem como a média ponderada da vida da operação.

A análise efetuada pelos Bancos prende-se principalmente com indicadores de natureza quantitativa e comportamental; contudo, sendo estes os principais indicadores, deverão ainda ter-se em atenção indicadores de ordem qualitativa que, pela sua maior subjetividade, devem prender especial atenção dos gestores das empresas, uma vez que serão estes os mais fáceis de influenciar (Silva, 2011).

Por forma para que as empresas possam ser bem avaliadas, e assim melhor se colocarem em termos de risco de crédito, os seus elementos contabilísticos terão de ser entregues periodicamente e espelhar o seu bom funcionamento. Dossiês atualizados, com informação rigorosa onde constem as contas integrais certificadas, devidamente acompanhados dos respetivos anexos, bem como a existência de um bom interlocutor e o fornecimento atempado da informação solicitada pelo banco, permitem observar a sua estrutura organizacional, os seu ativo e passivo e assim melhor avalia-la.

Por outro lado, esta informação económico-financeira terá, no caso das empresas, de ser acompanhado pela análise da qualidade da gestão e organização das instituições, bem como as expetativas evolutivas das mesmas.

Por fim, poderemos dizer que os sistemas de *rating* (notação de risco) e *triad* (com base na análise comportamental e na relação com a instituição), que as diversas instituições de crédito utilizam, são construídos com base num conjunto alargado de informações que demonstram a maior ou menor confiança no cumprimento por parte dos clientes de determinada responsabilidade. Compõem esta análise modelos estatísticos, informação financeira, informação do setor de actividade, informação qualitativa e ainda avaliação sobre o projeto de financiamento, este último cada vez mais importante.

O tema da gestão do crédito e do seu risco é tão importante neste momento conturbado em que vivemos que, para se proceder a uma melhor gestão do risco interno e de forma preventiva quanto ao incumprimento, foi publicada pelo Banco de Portugal uma instrução (Instrução n.º18/2012 Boletim Oficial n.º 5/2012) que pretende que as instituições de crédito detetem e comuniquem situações de incumprimento ou dificuldades financeiras registadas por parte dos seus clientes.

Indícios de risco - como dívidas ao Estado e à Segurança Social, devolução de cheques, processos judiciais ou inexistência de elementos contabilísticos registados no seu sistema há mais de 18 meses, entre outros sinais de dificuldades económicas e financeiras - levarão assim a que os clientes passem a integrar uma lista de clientes em dificuldades financeiras, permitindo assim um maior número de dados a ser analisado pelos bancos, aferindo-se então, de forma mais rigorosa, a situação financeira dos seus clientes e a probabilidade de cumprimento das suas obrigações.

Muitas destas informações não eram do conhecimento da entidade financiadora aquando da análise da proposta de crédito, distorcendo a decisão. No caso específico das empresas, estas terão de passar a fazer prova constante da sua saúde financeira entregando os seus elementos contabilísticos periodicamente, deixando os bancos de ter como mais importante, na base da sua decisão, o historial da empresa e a experiência creditícia existente. Passando a estar muito mais atento a sinais de uma possível má gestão, como atraso nas informações, às reservas presentes nos anexos ou a composição da sua carteira de clientes e fornecedores. Dívidas a fornecedores representam um endividamento barato para a empresa e transmite ao banco a confiança depositada nesta. Procuram ainda identificar variações nas contas das empresas que possam indicar a “saúde financeira” e sirvam para comparar com valores de referência do sector em que estas se inserem.

2.9. Panorama do crédito concedido a empresas em Portugal

Para se tentar perceber a evolução em termos de critérios de avaliação, deveremos olhar também para as estatísticas existentes. Neste caso, os dados a observar pertencem ao regulador e encontram-se publicadas em várias notas de informação estatísticas⁷.

Observa-se, nesta informação, um decréscimo em termos de empréstimos às empresas em geral, sendo que em termos de risco e crédito vencido são as empresas não exportadoras que apresentam as principais dificuldades para proceder ao cumprimento das obrigações acordadas. Embora o volume de crédito concedido tenha vindo a registar

⁷ Nota de informação estatística Lisboa ,07 de maio 2012 (Banco de Portugal) “Evolução do crédito a sociedades não financeiras ajustado de operações de vendas de carteiras de crédito”.

Nota de informação estatística Lisboa, 22 de maio 2012 (Banco de Portugal) “Empréstimos concedidos pelo sector financeiro às empresas exportadoras”.

Nota de informação estatística Lisboa ,20 de fevereiro 2012 (Banco de Portugal) “Banco de Portugal divulga estatísticas de taxas de juro de bancos relativas a 2011”.

uma quebra, muito devido as novas regras a que os bancos se encontram sujeitos e à falta de liquidez existente no mercado, verificou-se que muitos casos de empréstimos, já concedidos às empresas, apresentam dificuldades ao nível do cumprimento da dívida. Será a envolvente económica que registou grandes e rápidas alterações, não permitindo um ajuste por parte de muitos dos agentes? Ou o caso português acaba por acompanhar os mercados existentes nos países desenvolvidos, baseando-se a economia numa expansão do crédito, que proporcionou algum crescimento durante várias décadas? Ao que parece também em Portugal se registou um aumento na concessão de crédito, devido a liquidez e baixos juros a suportar pelos empréstimos. Muitas das empresas usaram empréstimos e contas correntes como forma de poderem operar no mercado com maior facilidade, mas nem sempre canalizaram estes recursos para áreas fulcrais para as mesmas, levando a que o retorno seja baixo e não permita ultrapassar situações de crise. Muitas destas situações surgiram pelo baixo valor a pagar pelo capital e que permitia muitas das vezes que os investimentos fossem postos em prática sem exigir escolhas; ou seja, situações de escassez levam a que os projetos aprovados e implementados sejam os mais interessantes e necessários (existe discriminação positiva). Neste momento, e como podemos observar na tabela II presente nos anexos, usando uma série de valores desde março de 2007 até março de 2012, a data em que se acordou o Basileia III, regista-se uma notória redução dos empréstimos às empresas, tanto ao nível nacional como ao nível da zona euro. Observa-se ainda que só não existe redução na atribuição de crédito às grandes empresas⁸ que apresentam um aumento nos valores concedidos em termo de variação homóloga no primeiro trimestre de 2012.

⁸ São consideradas grandes empresas aquelas que tenham mais de 250 trabalhadores ao seu serviço e volume de negócios superior a 50 Milhões de euros ou balanço total anual superior a 43 Milhões de euros, excluindo as sociedades gestoras de participações sociais.

Também as taxas de juro usadas para novas operações de crédito a empresas registaram um aumento no ano de 2011, que se cifrou, em termos médios, em mais 152 p.b. face ao ano anterior.

O panorama português apresenta atualmente um aumento nas contrapartidas solicitadas para a concessão de crédito, provocado pelo custo do dinheiro e pela dificuldade apresentada no cumprimento do serviço de dívida.

3. Alterações nos critérios na aprovação de crédito às empresas em Portugal

Neste ponto procurar-se-á cruzar a informação teórica recolhida com a apresentação e análise de dados referentes ao mercado português de crédito, de forma a obter respostas às questões centrais delineadas como base para a elaboração desta dissertação.

3.1. Metodologia, Inquérito e Dados

A importância e a abrangência, em termos de relacionamentos, que o sector bancário assume, torna-o numa fonte de medição da “saúde” das economias onde se encontram inseridas. Assim, e de forma a poder ter uma melhor perceção dos mercados e do seu funcionamento, bem como poder antecipar algumas correções aos mesmos, foi lançado no início de 2003 um inquérito aos Bancos por parte de regulador do setor em Portugal, com uma periodicidade trimestral. Este inquérito encontra-se inserido num estudo mais amplo ao nível europeu⁹, mais concretamente na área de circulação do Euro. Em especial, questionam-se situações relacionadas com crédito, pois a oferta de crédito é determinado pelo enquadramento económico, e é influenciado pelo risco, ou pela perceção do mesmo.

A importância e o papel desempenhado pelas instituições bancárias, já muitas vezes descritas ao longo desta dissertação, assentam na sua função de intermediário entre os aforradores líquidos e os restantes agentes que têm necessidades de liquidez e

⁹ BLS – Bank Lending Survey, consultar dados relativos à zona Euro em <http://www.ecb.int/stats/money/surveys/lend/html/index.en.html>

financiamento. A situação económica registada em cada momento, bem como a situação financeira das instituições de crédito, acabam por condicionar e influenciar as condições na concessão de crédito.

No caso concreto desta dissertação, procurar-se-ão analisar as alterações que se têm verificado ao nível do mercado português e desde o início da crise no ano de 2007, tentando perceber a maior ou menor restrição nas condições de exigência para obter crédito. O ajuste destes critérios à actividade económica é normal e não deve trazer, na maioria das situações grandes preocupações, pois o ajuste é feito de forma suave. Outra situação bem diferente será existir um ajuste abrupto das condições verificadas e uma manifesta aversão ao risco por parte dos bancos devido a uma deterioração das condições do mercado, podendo tal levar a problemas de liquidez e a questões graves para a economia, bem como a uma deficiente alocação dos ativos. Serve a realização deste estudo para transmitir sinais aos supervisores e aos restantes agentes económicos sobre o mercado, para que estes possam proceder ao ajuste ou à alteração das políticas monetárias, assim que surjam os primeiros sinais de instabilidade.

O referido inquérito é constituído por questões de natureza qualitativa e procura obter informação sobre a procura e a oferta, bem como as políticas seguidas pelos bancos e as condições existentes no mercado de crédito. Para tal, apresenta-se em anexo a tabela II com os resultados obtidos e baseados numa amostra de 5 Bancos presentes na economia portuguesa e disponibilizados pelo Banco de Portugal.

3.2. Evolução do Mercado de Crédito

Recorrendo aos dados do referido inquérito aos bancos sobre o mercado de crédito, tentar-se-á dar uma maior profundidade a este estudo. A amostra conta com 5 grupos

bancários a atuar em Portugal representativos deste mercado. As respostas dadas são referentes aos três meses anteriores e, para algumas das questões, às previsões para os três meses posteriores.

A metodologia usada para a análise dos dados deste inquérito será em tudo igual à usada pelo Banco de Portugal, utilizando-se um índice de difusão onde são agregadas as respostas apresentadas pelos bancos, e colocando-as sobre uma escala que varia entre -1 e 1, sendo que o valor 0 representa a não existência de alterações e restantes variações, consoante a leitura seja feita do lado da oferta ou da procura. Valores inferiores a 0 do lado da oferta representam um aliviar em termos de restrições, enquanto do lado da procura estes mesmos valores inferiores a 0 anunciam uma menor procura de crédito¹⁰.

Nos resultados recolhidos desde Outubro de 2007 - altura em que a crise teve o seu início na grande maioria das economias ditas desenvolvidas do Ocidente - verifica-se um aumento constante da exigibilidade em termos dos critérios para aprovação de crédito numa perspetiva geral.

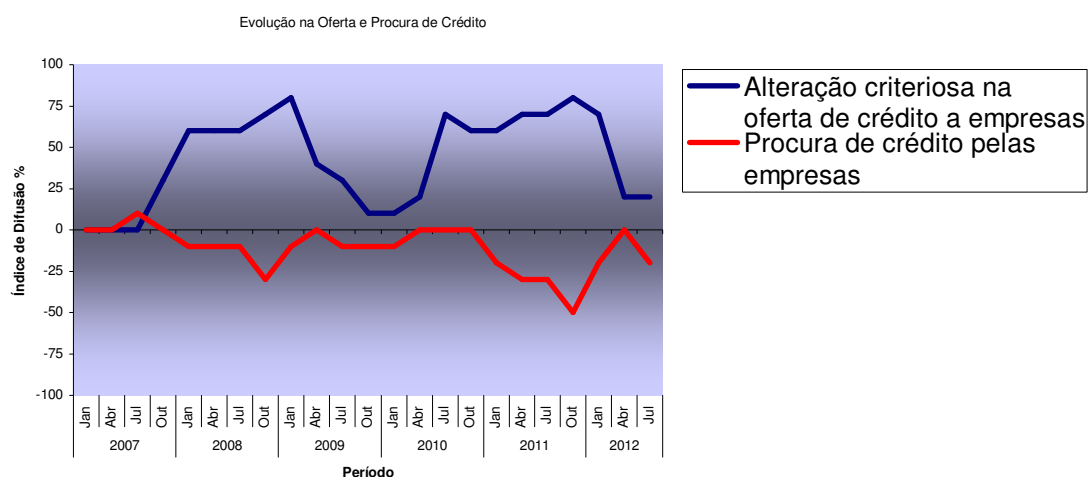


Figura 3-1

Evolução na Oferta e Procura de Crédito

Fonte: Elaborado com Dados do Banco de Portugal

¹⁰ Apresentado em anexo nota metodológica usada pelo Banco de Portugal, Tabela III.

Observa-se ainda que, entre o final de 2009 e junho de 2010, embora existam instituições bancárias a indicar que passaram a deter critérios mais restritivos, existiu um certo abrandamento no aumento dessa restrição em geral, registando-se posteriormente um significativo aumento até ao primeiro trimestre do ano de 2012. Procedendo-se à análise deste quadro de dados, poderemos ainda distinguir dois períodos. Um destes períodos relacionado com a crise de confiança e falta de liquidez, que vai de 2007 até 2009, e onde os Bancos se viram “forçados” a restringir o crédito, levando a que este fosse concedido em condições de análise e exigência superiores ao que anteriormente acontecia; e outro período, que vem desde 2009 até a atualidade, onde os critérios foram também influenciados pelas determinações do acordo de Basileia III, que obrigam os Bancos a cumprir critérios muito mais restritivos ao nível da concessão de crédito.

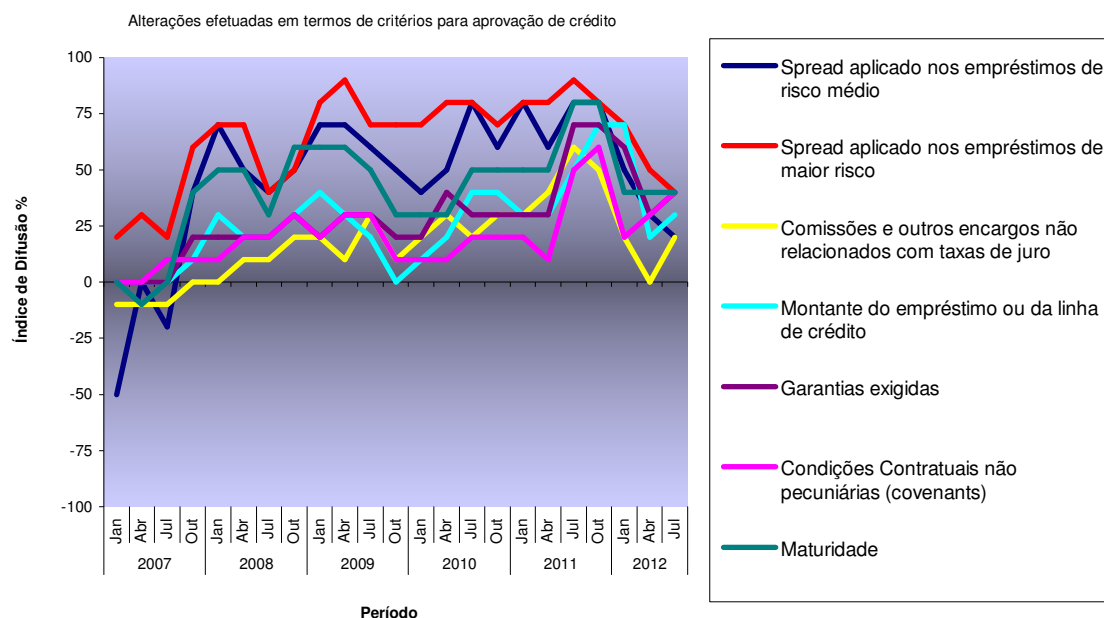


Figura 3-2

Alterações efetuadas em termos de critérios para aprovação de crédito

Fonte: Elaborado com Dados do Banco de Portugal

Na figura 3-2 podemos concluir que a tendência observada na amostra dos 5 bancos após o início da crise em Portugal é para que se verifique um constante aumento de exigência nos principais critérios de análise e manutenção de empréstimos. Estes aumentos das exigências são notórios e aplicam-se a todos os critérios usados pelos bancos; contudo, o principal aumento regista-se no valor praticado em termos de *spread* a aplicar aos créditos.

Preços superiores, prazos e valores envolvidos mais curtos, bem como garantias reais exigidas são situações que as empresas continuam a ter de ponderar, pois o seu peso em termos de investimento, em muitos casos, torna projetos impraticáveis e/ou inatingíveis.

O estudo realizado pelos autores Slovik, P. e B. Cournède em 2011¹¹, sobre o impacto macroeconómico do Basileia III, conclui que nas principais economias onde se aplicarão as normas do Basileia III, existirá um aumento da exigibilidade em termos do preço praticado na concessão de crédito. No caso Europeu, segundo estes autores, registar-se-á um aumento de 14.3 *basis points* nos *spreads* praticados, por cada ponto percentual de aumento de capital do Banco. Assim, para o caso europeu e até ao nível exigido em 2019, verificar-se-á um aumento de cerca de 54.3 *basis points* nos *spreads*.

Os resultados de julho de 2012 do inquérito efetuado aos Bancos em Portugal registam como fatores determinantes para o aumento das restrições ao crédito, uma menor perceção dos riscos, maiores custos de financiamento, bem como o já referido cumprimento das metas relativamente ao balanço. As principais mudanças passam por um aumento do preço do capital emprestado, bem como a diferença entre o valor das garantias e do valor que se solicita. Como forma de reduzir a incerteza em alturas de maior escassez, são solicitadas garantias reais para o negócio, com valores que não só

¹¹ Slovik, P. and B. Cournède (2011), “Macroeconomic Impact of Basel III”, OECD Economics Department Working Papers, N° 844.

suportem o referido negócio como ainda superem este valor, protegendo assim o agente prestador de possíveis desvalorizações da referida garantia.

O inquérito reflete ainda a visão dos agentes bancários para os próximos meses, sendo que estes transmitem que a procura de empréstimos por parte das empresas não deverá verificar alterações, permanecendo também estáveis as condições de acesso ao crédito.

3.3. A dimensão das empresas e o acesso ao crédito

Toda a envolvente económica verificada tem levado a uma redução na procura de crédito no geral, e em particular por parte das empresas. Uma dinâmica económica reduzida, bem como um menor número registado de operações de fusão e aquisição ou reestruturação das empresas proporcionam uma menor necessidade de capital para investir.

Muitas das necessidades das empresas passam neste momento por questões de tesouraria ou de fundo de maneio. Na amostra observa-se ainda que, logo após o início do período da crise em 2007, se tem vindo a registar um menor número de pedidos de empréstimo, tanto ao nível das pequenas e médias empresas como nas grandes empresas.

Todavia, verifica-se no ano de 2012 um pequeno aumento na procura de crédito por parte das PME, contribuindo muito para esta situação as linhas de crédito criadas especificamente para este segmento de empresas e o apoio prestado pelo IAPMEI¹², facilitando o financiamento empresarial. Este Instituto procura, através de protocolos, a atribuição de garantias e o acompanhando das empresas, nomeadamente ajudando a que estas estejam cientes de que critérios têm de cumprir, quer ao nível bancário quer ao

¹² IAPMEI, Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação.

nível da gestão, sempre numa perspetiva futura através da inovação e da capacidade de abordar o mercado externo.

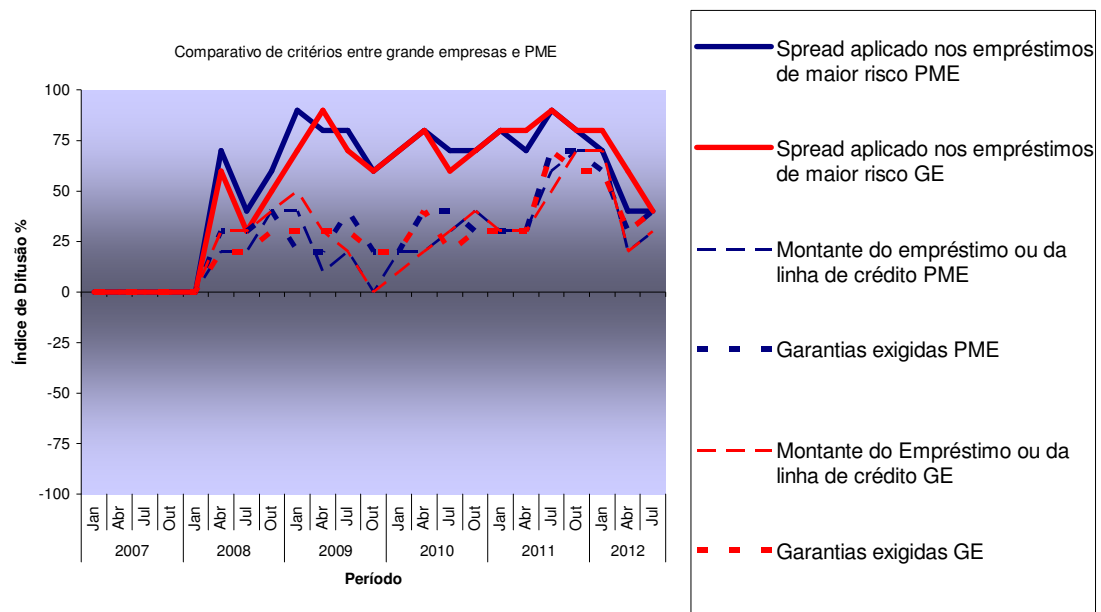


Figura 3-3

Comparativo de critérios entre grandes empresas e PME

Fonte: Elaborado com Dados do Banco de Portugal

Comparando as empresas, tendo em atenção a sua dimensão, não se observa que exista um tratamento diferenciado por parte dos bancos, concedendo melhores condições a um determinado grupo ou segmento; independentemente da dimensão, verifica-se como prática transversal o aumento das exigências criteriosas para a concessão de crédito, muito embora as grandes empresas possam obter melhores condições por apresentarem garantias e contrapartidas superiores, derivadas da sua posição e notoriedade no setor de atividade onde se destacam. Verifica-se ainda que existe uma redução mais acentuada na aprovação de créditos de maior risco e maior prazo da operação. Para que as previsões e riscos possam ser minorados, num mundo global e com um

desenvolvimento constante, quando se opera em linhas temporais maiores, promove-se a incerteza quanto aos resultados operacionais da empresa e ao próprio funcionamento do setor onde determinadas empresas se encontram inseridas. Setores de enorme importância perdem valor, ou o aparecimento de novas tecnologias promovem mudanças de agentes como principais *players* levando a que muitas empresas atravessem graves problemas financeiros por não serem detentoras dessa nova tecnologia ou por os seus projetos não terem trazido o retorno previsto e mais-valias à empresa.

Segundo as próprias instituições financeiras, não se vislumbra no mercado português, num período próximo, uma redução ou uma menor pressão sobre as exigências criteriosas, algumas das inquiridas têm inclusive como expectativa o agravamento destas condições para as empresas, embora de forma ligeira.

3.4. Fontes de financiamento das empresas

Num período em que a liquidez é reduzida, há que ponderar possíveis investimentos e adequar estratégias para que as empresas possam responder às necessidades dos mercados, atravessando a crise e saindo da mesma de forma mais fortalecida.

No período compreendido entre o início de 2007 e o segundo trimestre de 2012, observa-se em Portugal uma redução na procura de crédito por parte das empresas. Esta situação é principalmente visível ao nível das grandes empresas, existindo um pequeno aumento da procura por parte das PME no segundo e terceiro trimestres de 2012.

Outra das conclusões que poderemos retirar é sobre o uso que as empresas dão ao capital que solicitam. O crédito para investimentos tem vindo a reduzir, seguindo o caminho inverso os créditos para fundo de maneio. Todavia, os resultados anteriores ao

ano de 2007 já verificavam esta tendência em Portugal, o que já demonstrava alguma dificuldade das empresas portuguesas em gerar internamente fundos capazes de eliminar questões de rutura de tesouraria, muitas vezes resultantes de dificuldades de recebimento.

Existem a laborar em Portugal várias empresas em regime de subcontratação com valor acrescentado que, pelo longo período de desenvolvimento do seu produto, sentem uma enorme pressão sobre a sua tesouraria.

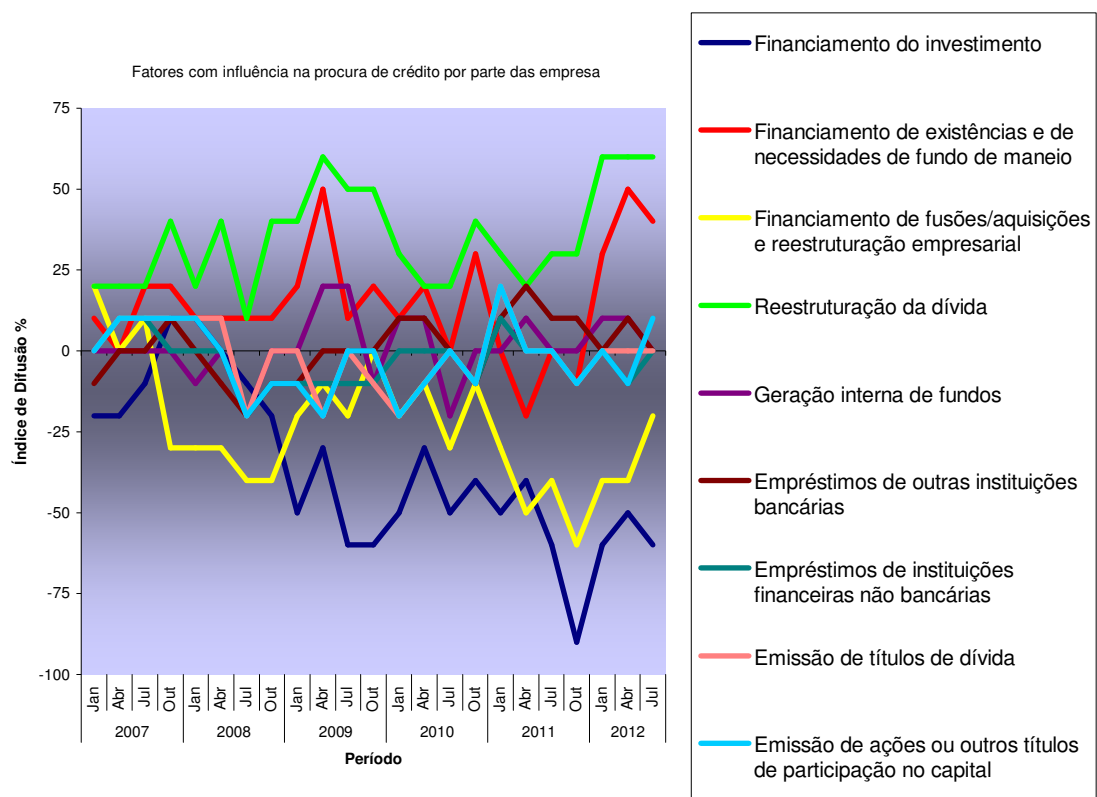


Figura 3-4

Fatores com influência na procura de crédito por parte das empresas

Fonte: Elaborado com Dados do Banco de Portugal

Na figura 3-4 são apresentados alguns dos fatores que conduzem e mais influenciam as empresas na procura de crédito.

Existe, por parte das empresas neste período, um constante decréscimo na preocupação com a expansão no mercado através de fusões e ou aquisições. Na situação económica que se atravessa, adquirir quota de mercado (mais clientes e volume de negócios) através da aquisição total ou de posições em outras empresas não se apresentam como operações atrativas, passando a ter uma importância acrescida situações diretamente relacionadas com o balanço e o equilíbrio da empresa. A procura das empresas passa essencialmente por poder fazer face a problemas de tesouraria, reestruturações de dívida e fundo de maneio.

A dificuldade na geração de fundos ao nível interno da empresa também contribui de forma ligeira para o aumento da procura de crédito, sendo que, desde 2009 que estas dificuldades têm tido um reflexo constante sobre as necessidades creditícias das empresas.

Questões de financiamento alternativo prendem-se também com a incerteza e perceção da maioria dos agentes que interagem com o mercado. A emissão de títulos de dívida ou obrigações são uma das formas que as empresas detêm para se financiarem, sem necessidade de montar uma operação com os bancos. Títulos de dívida funcionam como um empréstimo obrigacionista, emitidos por uma entidade pública ou privada, que são negociáveis e através dos quais esta mesma entidade se compromete a pagar o capital e um rendimento, consoante o que foi definido à data de emissão a quem detenha esse mesmo título.

Outras formas usuais de obter capital para a empresa são a emissão de ações e títulos de participação no capital. As ações são também títulos financeiros que representam parte do capital de uma sociedade, dando ao seu detentor o direito a participar nos resultados, bem como a intervir na governação da sociedade. Quanto aos títulos de participação,

estes encontram-se entre os dois instrumentos financeiros descritos anteriormente. A empresa emitente passa a dispor de recursos a longo prazo, em troca de uma renda perpétua, embora a mesma preveja a possibilidade de reembolso do capital. O aforrador, neste caso, terá uma remuneração fixa e uma outra variável que advém dos resultados e que varia consoante os mesmos.

A situação dos mercados e a sua instabilidade atual geram desconfiança e grande incerteza sobre este tipo de operações e sobre os possíveis investidores, inviabilizando muitas vezes este género de operações. Outra situação que se coloca a este tipo de negócio é a dimensão das empresas; muitas das empresas no mercado nacional são de pequena dimensão, o que não lhes permite que operações destas sejam concretizáveis. Várias empresas de grande dimensão têm apresentado no mercado, durante o período de 2010/2012, operações de aumento de capital e financiamento através de obrigações com sucesso, oferecendo remunerações atrativas aos investidores quando comparadas com as praticadas pelos bancos. Contudo, o tecido empresarial é, na sua grande maioria composto de PME em Portugal e este continua a necessitar de ser apoiado pelas instituições de crédito. No inquérito efetuado aos bancos, também estes apresentam como fatores para a procura de crédito junto dos mesmos, a dificuldade de gerar fundos internamente ou através deste tipo de operações.

Refira-se ainda o reporte, por parte dos bancos, da contribuição da tensão registada no mercado europeu de dívida soberana, na concessão de crédito em Portugal. Segundo os bancos inquiridos, a sua exposição a estes ativos e a sua desvalorização levaram a que os mesmos não fossem considerados em termos de garantias como outrora, restringindo o acesso ao crédito por parte das próprias instituições. Esta situação mais uma vez

repercute-se ao nível interno nas empresas e particulares que pretendem aceder a estes valores.

3.5. A pressão da Regulação nos Critérios e na concessão de crédito

Em termos das alterações nos critérios provocados pela regulação, analisar-se-ão também os resultados obtidos nos cinco grupos financeiros a atuar em Portugal, bem como a questão:

Devido aos novos requisitos de fundos próprios, em que medida é que nos passados/próximos seis meses, foram/serão efectuados ajustamentos aos critérios seguidos pelo seu Banco na aprovação de empréstimos?

Os resultados analisados dão uma melhor perceção sobre o peso que a regulação tem na política de crédito que os Bancos apresentam, mostrando inclusive quais os que se encontram em maiores ou menores dificuldades. Observando as respostas dadas no relatório do segundo trimestre de 2012, verifica-se a tendência de agravamento das exigências criteriosas para a concessão de crédito, e os inquiridos têm como sua expectativa a permanência do agravamento destes para o resto do ano de 2012. As exigências das rubricas de balanço dos bancos seguem em sentido oposto à concessão de crédito. As rubricas de capital exigidas pelo Basileia III, juntamente com a falta de liquidez existente no mercado, são as principais causadoras das alterações verificadas.

Na hipótese de existir uma regulação menos rigorosa, ou mesmo a inexistência desta, a propensão ao risco seria maior, o que provocaria que as instituições de crédito promovessem a concessão de crédito e a comercialização de produtos mais complexos, podendo verificar-se situações tão ou mais graves do que a atual. Poderemos dizer que, nas últimas décadas, terá sido este menor controlo que levou a situação que se viveu a

culminar na grave recessão em que grande parte das economias ocidentais vive. Não que a regulação tenha sido inexistente, mas a mesma terá sido descurada, atualizações e adequações aos tempos e produtos que se criaram deveriam ter sido considerados. Kindleberg concluiu que os desequilíbrios deste género na economia surgem de períodos de menor rigor na análise da concessão de crédito. Tal como em crises passadas, também esta se baseia na expansão da liquidez e queda dos juros, bem como na má regulação ou ausência da mesma - no fundo, tal como este autor refere, a expansão económica baseada no crescimento e na especulação. Esta imprudência, quanto aos riscos que se tomaram na busca de maiores ganhos, surge com base em taxas de juros baixas que levam os investidores a procurarem sempre maiores ganhos fora das aplicações tradicionais.

Com o acordo de Basileia III e o ‘apertar’ da regulação, procura-se promover a confiança num setor fundamental, passando a existir sem dúvida um melhor funcionamento do mercado quando este é limitado e todos os agentes conhecem e se regem na base do conhecido e da confiança, embora o crescimento que se verifique nesta situação seja menor do que o não regulamentado. Também Minsky (1986) refere nos seus escritos que, sem a existência de uma forte regulação, períodos de maior instabilidade surgirão sempre após períodos de maior crescimento. Contudo existem alguns autores que não veem a maior regulação como forma de evitar as crises ou não o consideram mais importante que o crescimento da economia por si só e defendem a desregulamentação. Esta defesa nasce de se ter assistido à maior expansão económica no período pós II Grande Guerra, provocada por desequilíbrios em termos de fluxos de capitais e assente na presença de uma regulação e supervisão mais “leve”.

A discussão passa no seu extremo pela opção entre maior crescimento com crises mais graves e agonizantes sempre que os desequilíbrios assim o forcem, ou ter crescimentos mais baixos com uma tomada de risco inferior e com uma supervisão suficientemente presente e capaz, de forma a proteger o equilíbrio e os diversos agentes existentes no mercado. Com as tomadas de decisão dos líderes mundiais já durante a crise atual, na procura de um equilíbrio entre estas opções extremas, tudo indica que o caminho tomado seja a de uma maior proteção e regulação. Em Portugal, esta maior regulação, tal como já referido nesta dissertação, forçará as instituições bancárias a proceder a ajustes nos seus balanços, reduzindo o nível de crédito que possuem em carteira e que concedem, condicionando e dificultando também as estratégias das empresas suas parceiras e clientes.

Os bancos já começaram, segundo este inquérito, a proceder a uma redução do risco da sua carteira, principalmente em termos de empréstimos onde é maior a presença deste. Três dos cinco grupos inquiridos responderam que, no primeiro semestre de 2012, reduziram de forma ligeira os seus ativos ponderados pelo risco, prevendo que no segundo semestre a situação se repita. Por outro lado, o reforço de capitais a que se encontram sujeitos de forma a cumprirem os requisitos do acordo de Basileia, segundo os inquiridos “obrigou-os” a aumentar os fundos próprios. Assim, no primeiro semestre do ano, três dos grupos inquiridos procederam a um aumento de capital, com emissão de ações, procedendo a esse aumento no segundo semestre de 2012 os dois restantes grupos.

4. Conclusão, dificuldades e aprofundamentos futuros

4.1. Conclusões

As situações de crise são sempre provocadas por desequilíbrios que promovem, durante a procura da estabilidade, situações complexas e de difícil gestão para todos os agentes económicos que se encontrem inseridos num mercado que achesse dificuldades ou ainda que de um destes dependam.

A crise que afeta, desde o ano de 2007, várias das economias mundiais e, em particular, as consideradas economias desenvolvidas do ocidente, necessita de forma premente de soluções para que se possa reequilibrar e evitar que se venha a sofrer novamente este tipo de problemas com origem na expansão do crédito e numa menos cuidada análise de risco, culminando num acumular de erros que acabou na falência de várias instituições financeiras, e seus parceiros, em especial companhias de seguros.

A situação exigiu, então, em muitos dos casos, a ajuda do Estado onde as empresas financeiras se encontravam e a uma intervenção mais rigorosa por parte dos vários agentes reguladores, ao nível da organização e das regras que suportam e sustentam o setor bancário, procurando restabelecer a confiança através de uma maior transparência e capacidade para enfrentar de forma mais capaz as situações de crise.

No mercado português, as empresas têm ainda nas instituições bancárias a sua principal fonte de financiamento, não recorrendo a instrumentos financeiros alternativos, designadamente no que respeita a um grande número de pequenas e médias empresas. Apenas empresas já com uma dimensão considerável conseguem obter este tipo de

financiamento alternativo, que na maioria das situações são benéficas em termos de preço ou ainda como recurso quando os bancos negam esses empréstimos.

Para agravar a situação, a grande maioria das empresas – de pequena dimensão – tem tido muitas dificuldades em gerar capital internamente, recorrendo ao crédito apenas para fazer face a dificuldades de tesouraria e reestruturações de dívida.

A demonstração da importância do setor bancário e financeiro para a economia dos diversos países e a resposta tardia às novas exigências provocadas pela crise poderá, assim, levar a um acentuar da crise, deixando os bancos de ser parte da solução para passar a ser um dos principais motivos para o agravar dos problemas, ao deixar de financiar as empresas

De facto, os bancos - por recomendação do *Bank for International Settlements*, aceite pela União Europeia e pelos Bancos Centrais dos diversos países e pelos países do G20 - terão de reforçar os seus capitais próprios e reduzir o risco de crédito que detêm nas suas carteiras, bem como equilibrar o valor dos depósitos com o dos créditos que detêm o que, necessariamente, irá influenciar a sua política de crédito.

Essa ‘nova’ política de crédito dos bancos trouxe restrições em termos de crédito às empresas que continuam a ter nos bancos a sua principal forma de financiamento. Neste contexto, importou analisar as condições que as empresas mais dependentes do crédito deverão ter de cumprir para se financiarem, de forma a responder a essas novas exigências dos bancos.

Esta dissertação procurou reunir informação sobre o mercado português de crédito para identificar os problemas que se tem sentido com a crise instalada na economia, e assim poder responder a algumas questões pertinentes para as empresas, relacionadas com a

sua perceção sobre a forma como são avaliadas e como se posicionam em termos negociais perante os bancos.

As principais questões formuladas nesta dissertação para poder identificar as condições que as empresas deverão cumprir para conseguirem o acesso normal ao crédito são, de forma simplificada, as seguintes:

- Quais as alterações nos critérios de aferição do risco usados pelas instituições bancárias para analisar as empresas em ciclos de contração económica?
- Qual a informação relevante que as empresas deverão saber fornecer aos bancos para melhor aceder ao crédito?
- Que implicações estruturais e organizacionais as empresas deverão cumprir para “oferecerem” menor risco?

Apresentam-se, de seguida, em síntese, as principais constatações na procura das respostas às questões enunciadas.

Quais as alterações nos critérios de aferição do risco usados pelas instituições bancárias para analisar as empresas em ciclos de contração económica?

Os dados observados não evidenciam que os critérios para a análise de operações de crédito tenham alterado por exigência da crise em que nos encontramos; existe, sim, um ajuste provocado pela falta de liquidez no mercado e um aumento das exigências de capital dos bancos. É evidente que os critérios se tornaram mais “apertados” ou exigentes e que este aumento de exigência contribuiu para a redução na procura e oferta

de crédito. Sabendo que, no período que atravessamos, os bancos se encontram também eles em dificuldades para obter financiamento e, assim, forçados a cumprir rácios de capital muito mais exigentes, bem como a uma redução das operações de maior risco e com menores garantias, as empresas têm de centrar a sua atenção na forma como se apresentam, tendo de ser “merecedoras da aposta” que fazem nelas. A análise é feita tendo por base variáveis quantitativas e qualitativas, sendo que a parte qualitativa ainda passa muito pela relação que a empresa já teve com a instituição de crédito e com o conhecimento, por parte do banco, do seu negócio e da forma como estão a ser geridas. A forma de análise do risco pelos vários bancos é similar, embora cada um deles esteja autorizado a desenvolver o seu sistema interno de análise, desde que aprovado pelo regulador, em prol de alguma homogeneidade. A análise é composta por modelos estatísticos, informação financeira, informação do setor de atividade, informação qualitativa referente à empresa e ainda a avaliação sobre o projeto de financiamento, isto é, o máximo de informação que possa ser incorporada e a inclusão de cenários especialmente adversos que “defendam” os bancos e reduzam a incerteza no mercado. As informações apresentadas influenciarão a maior ou menor confiança no cumprimento, por parte dos clientes, de uma determinada responsabilidade. Tendo como ponto de partida a forma de análise dos bancos, as principais conclusões quanto à questão são as que se ligam às respostas para as duas questões seguintes.

Qual a informação relevante que as empresas deverão saber fornecer aos bancos para melhor aceder ao crédito?

Sabendo as empresas que as principais questões em termos de crédito se prendem, neste momento, com risco e a redução de incerteza, estas deverão ter os seus elementos contabilísticos sempre atualizados perante os bancos para que não vejam aumentar o seu grau de risco sem razão contabilística; em paralelo, quando submeterem uma proposta de crédito, deverão saber fundamentar o seu pedido de crédito através de estudos e planos com cenários adversos e onde se transmita a capacidade de resposta das empresas a esses cenários, mesmo que improváveis. No fundo, tem de fornecer informação com qualidade, fidedigna e certificada, bem como possuir um interlocutor conhecedor da empresa capaz de a apresentar como bom risco aos bancos; não tendo estas condições reunidas, o custo de má imagem é o não crédito.

Terão ainda de se encontrar preparadas e munidas de garantias, que anteriormente não eram de todo exigidas, ou eram-no em menor escala, assim como contabilizar nos seus projetos e investimentos valores maiores a suportar, uma vez que os preços praticados pelos bancos também são superiores e para prazos mais reduzidos, tornando inviável muitas vezes a obtenção do crédito. O preço aplicado tem um enorme peso nos projetos empresariais, pois torna-os muitas das vezes impraticáveis, devendo esta questão estar sempre presente nas propostas efetuadas ao banco, evitando recusas e demonstrando capacidade efetiva de gestão.

O importante para as empresas é apresentarem-se como sendo, se não um bom risco, pelo menos um risco reduzido; no fundo um bom investimento para o banco. Quanto melhor for o projeto para o investimento, e a sua classificação em termos de risco,

melhores são as condições que a empresa consegue, principalmente em termos de montante e taxas de juro aplicadas.

Que implicações organizacionais e estruturais deverão as empresas cumprir para assegurarem /“oferecerem” menor risco?

Uma vez que grande parte dos setores de atividade se encontram com dificuldades, umas derivadas de condições do próprio setor, outras da dependência de outros que se encontram numa fase de menor dinâmica económica, terão de comparar-se com as melhores empresas aí presentes, procurando colocar-se em termos de resultados e visibilidade, numa posição confortável e que transmita uma maior segurança à instituição de crédito emprestadora e a dote de capacidade para abordar o mercado externo de uma forma mais eficaz, acedendo a mercados maiores e mais exigentes.

A empresa deverá ainda conseguir demonstrar, através dos seus elementos contabilísticos, solidez financeira e capacidade de gestão, e deter uma capacidade de adaptação e inovação elevada que lhe permita, mesmo em alturas de menor crescimento, poder obter proveitos em nichos de mercado ou na exploração de áreas adjacentes ou complementares ao seu negócio, capacitando-a e dotando-a de mais proveitos e de uma menor dependência de um único negócio. Empresas com estruturas leves, facilmente adaptáveis, detentoras de capital humano de elevada capacidade e possuidoras de garantias reais, oferecem menor risco a quem empresta.

4.2. Dificuldades e aprofundamentos futuros

Nesta dissertação importa referir ainda as dificuldades com que nos deparamos e que, de forma geral, podem inspirar a continuidade e aprofundamento do trabalho de investigação.

Assim, no que respeita às dificuldades que existiram para a elaboração desta dissertação, estas centram-se no facto de as informações estatísticas existentes encontrarem-se “dispersas”, no sentido em que não existe, à exceção do estudo do Banco de Portugal, um conjunto de informação completo e coerente sobre o mercado de crédito. Mesmo o questionário do banco de Portugal, que agrega informação relevante sobre os bancos, apresenta-se sobre a forma de tendências e não em valores absolutos, o que se pode dever a questões de confidencialidade sobre os balanços dos bancos, o seu funcionamento e ainda por questões de concorrência.

Outra situação ainda é a de o inquérito refletir apenas as ideias dos bancos, o que poderá de alguma forma ser tendencioso. Tudo isto poderá levar a que apenas o regulador consiga reunir e divulgar esta informação. Em qualquer caso, impede um melhor e mais adequado tratamento da informação.

No futuro, e como forma de complementar esta dissertação, outras questões teriam interesse em ser analisadas e que aqui não foi possível; seria importante, nomeadamente, perceber se as medidas do Basileia III, ao ser aplicadas com o intuito de tornar o sistema financeiro mais sólido, vão conseguir uma maior dinâmica da economia ou se, em contrapartida, esta terá um comportamento contrário; ao obrigar os bancos a um esforço acrescido em termos de balanço e cumprimento de metas de risco, importa também observar se estes não estarão a restringir de tal maneira o acesso ao

crédito que implique uma retração na economia não conseguindo esta sair da crise em que se encontra.

Por outro lado, poderia ainda ter interesse estudar de que forma os bancos que não estão sujeitos a este tipo de imposições, por estarem em economias que não aplicaram o Basileia III, podem aproveitar para tentar crescer e ocupar o lugar de alguns grandes Bancos ao nível mundial, fazendo com que fluxos de capitais mudem para outras áreas do globo, bem como constituir um dossier explicativo que se apresente às empresas e que estas possam usar como guia, para apresentarem os seus pedidos de financiamento aos Bancos de forma mais organizada e com a informação essencial para uma correta análise.

Bibliografia

Banco de Portugal (2011) “*Comunicado relativo a aviso do Banco de Portugal sobre reforço do rácio "Core Tier 1" das instituições de crédito*”

Banco de Portugal, (diversos documentos)
(<http://www.bportugal.pt>)

Banco de Portugal (vários anos), “*Inquérito aos Bancos sobre o mercado de crédito*”
(<http://www.bportugal.pt>)

Banco de Portugal (vários anos), “*Relatórios do Banco de Portugal*”
(<http://www.bportugal.pt>)

Bank for International Settlements (diversos) (<http://www.bis.org/>)

Basel Committee on Banking Supervision (2010), “*Group of Governors and Heads of Supervision announces higher global minimum capital standards*” Press release 12 de Setembro de 2010

Basel Committee on Banking Supervision (2011), “*Basel III: A global regulatory framework for more resilient banks and banking systems*”

Basel Committee on Banking Supervision (2011), “*Working Paper on the Internal Ratings-Based Approach to Specialised Lending Exposures*” BCBS Working Papers N.º9 October 2011

Berger, A; Udell (1995), “*Relationship lending and lines of credit small firm finance*”

Committee of European Banking (Janeiro 2010), “*CEBS Guidelines on Supervisory Disclosure Revised*”.

Eubanks, W. (2010), “*The status of The Basel III Capital Adequacy Accord*”, Congressional Research Service (<http://www.fas.org/sgp/crs/misc/R41467.pdf>)

Harrison, J. (2003), “*Administração Estratégica de Recursos e Relacionamentos*”, Bookman 2005 – Porto Alegre

Kindleberger, C. (2009), “*Anatomy of a typical financial crisis*”

Minsky, H. (1986), “*Stabilizing an Unstable Economy*” Yale University Press

OCDE (2010), “*Macroeconomic Impact of Basel III*”
(<http://moodyanalytics.com/~media/Insight/Regulatory/BaselIII/ThoughtLeadership/2011/11-01-03-MA-Basel-III-FAQs.pdf>)

OCDE (2010), “*Thinking beyond Basel III*”
(<http://www.webcitation.org/5q4GU5WGw>)

Petersen, M. e R. Rajan (1994), “*The Benefits of firm-creditor relationships: Evidence from small business data*”

Portal de Literacia Financeira / Bancario.pt (05/07/2012)
(www.bancario.pt)

Silva, G. (2011), “*Critérios Qualitativos na Atribuição de Rating: Importância dada Pelos Bancos e Impacto nas PME*”

Slovik, P. e B. Cournède (2011), “*Macroeconomic Impact of Basel III*”, OECD Economics Department Working Papers, N.º 844.

Soros, George. (2008), “*The New Paradigm for Financial Markets*”. US: PublicAffairs

Anexos

Tabela II

Índice de difusão - Séries (2007 – 2012)

Q	BS	P1BC		2007				2008				2009				2010				2011				2012			
				Jan	Abr	Jul	Out	Jan	Abr	Jul	Out	Jan	Abr	Jul	Out	Jan	Abr	Jul	Out	Jan	Abr	Jul	Out	Jan	Abr	Jul	Out
Empresas	1	1	Oferta																								
	1	2	Oferta																								
	1	3	Oferta																								
	1	4	Oferta																								
	1	5	Oferta																								
	2	1	Oferta-Factores																								
	2	2	Oferta-Factores																								
	2	3	Oferta-Factores																								
	2	4	Oferta-Factores																								
	2	5	Oferta-Factores																								
Empresas	2	6	Oferta-Factores																								
	2	7	Oferta-Factores																								
	2	8	Oferta-Factores																								
	2	9	Oferta-Factores																								
	2	10	Oferta-Factores																								
	2	11	Oferta-Factores																								
	2	12	Oferta-Factores																								
	2	13	Oferta-Factores																								
	2	14	Oferta-Factores																								
	2	15	Oferta-Factores																								
PME	2	16	Oferta-Factores																								
	2	17	Oferta-Factores																								
	2	18	Oferta-Factores																								
	2	19	Oferta-Factores																								
	2	20	Oferta-Factores																								
	2	21	Oferta-Factores																								
	2	22	Oferta-Factores																								
	2	23	Oferta-Factores																								
	2	24	Oferta-Factores																								
	2	25	Oferta-Factores																								
Grandes	2	26	Oferta-Factores																								
	2	27	Oferta-Factores																								
	3	1	Oferta-Condições																								
	3	2	Oferta-Condições																								
	3	3	Oferta-Condições																								
	3	4	Oferta-Condições																								
	3	5	Oferta-Condições																								
	3	6	Oferta-Condições																								
	3	7	Oferta-Condições																								
	3	8	Oferta-Condições																								
PME	3	9	Oferta-Condições																								
	3	10	Oferta-Condições																								
	3	11	Oferta-Condições																								
	3	12	Oferta-Condições																								
	3	13	Oferta-Condições																								
	3	14	Oferta-Condições																								
	3	15	Oferta-Condições																								
	3	16	Oferta-Condições																								
	3	17	Oferta-Condições																								
	3	18	Oferta-Condições																								
Grandes	3	19	Oferta-Condições																								
	3	20	Oferta-Condições																								
	3	21	Oferta-Condições																								
	4	1	Procura																								
	4	2	Procura																								
	4	3	Procura																								
	4	4	Procura																								
	4	5	Procura																								
	5	1	Procura - Factores																								
	5	2	Procura - Factores																								
Empresas	5	3	Procura - Factores																								
	5	4	Procura - Factores																								
	5	5	Procura - Factores																								
	5	6	Procura - Factores																								
	5	7	Procura - Factores																								
	5	8	Procura - Factores																								
	5	9	Procura - Factores																								
	6	1	Oferta-Expectativas																								
	6	2	Oferta-Expectativas																								
Empresas	6	3	Oferta-Expectativas																								
	6	4	Oferta-Expectativas																								
	6	5	Oferta-Expectativas																								
	7	1	Procura - Expectativas																								
	7	2	Procura - Expectativas																								
	7	3	Procura - Expectativas																								
	7	4	Procura - Expectativas																								
	7	5	Procura - Expectativas																								
	7	6	Procura - Expectativas																								
	7	7	Procura - Expectativas																								

Fonte: Banco de Portugal, Inquérito aos Bancos sobre o mercado de crédito, julho de 2012

Tabela III

Nota Metodológica usada nos Inquéritos do Banco de Portugal

NOTA METODOLÓGICA

Os quadros seguintes apresentam os resultados para Portugal do Inquérito aos Bancos sobre o Mercado de Crédito na Área do Euro (BLS), referente a julho de 2012.

O Inquérito consiste em dois blocos de quadros: o primeiro bloco respeita a empréstimos ou linhas de crédito a empresas não financeiras, enquanto que o segundo se refere a empréstimos a particulares. No caso das empresas, distinguem-se os segmentos: pequenas e médias empresas (PME)/grandes empresas e curto prazo/longo prazo. Nos empréstimos a particulares, distingue-se o crédito à habitação do restante crédito.

Em cada bloco, existem dois tipos de quadros: i) de apreciação geral e prospetiva, quer dos critérios de aprovação, quer da procura, por segmentos (quadros 1, 4, 6, 7, 8, 13, 16 e 17); e ii) de avaliação de fatores justificativos de alterações quer do lado da oferta (critérios e condições de aprovação), quer do lado da procura (respetivamente, quadros 2, 3, 9, 10, 11 e 12, e quadros 5, 14 e 15).

No caso do primeiro tipo de quadros, as respostas apresentam-se ao longo da coluna, para cada segmento; cinco respostas são possíveis traduzindo o sentido e a intensidade das alterações ocorridas ou perspetivadas. No segundo tipo, as respostas são indicadas ao longo das linhas, para cada fator; são possíveis seis respostas, cinco das quais respeitam ao grau e sentido da influência do fator, prevendo-se a possibilidade da sua não aplicabilidade à questão em causa (NA).

Para cada quadro, é apresentada informação de dois tipos:

- o número de bancos que responderam em cada resposta possível;
- o índice de difusão das respostas, calculado com utilização de uma escala que possibilita a agregação das respostas individuais, segundo a

intensidade e sentido da resposta, a qual assume valores entre -1 e 1, correspondendo o valor 0 à situação “sem alterações”. Nas questões referentes à oferta, valores inferiores a 0 indicam critérios menos restritivos ou um impacto dos fatores no sentido de uma menor restritividade: o valor -0.5 corresponde a uma alteração “ligeira” (em termos de índice de difusão, tanto mais ligeira quanto mais próximo de 0 for o valor obtido), e o valor -1 a uma alteração considerável. Ao contrário, valores superiores a 0 indicam um aumento, quer da restritividade ao acesso a crédito bancário, quer das condições de risco dos mutuários: o valor 0.5 sinaliza alterações de intensidade ligeira, enquanto o valor 1 indica alterações consideráveis. Nas perguntas sobre procura, aplica-se a mesma escala, representando -1 e -0.5 uma redução da procura dirigida ao banco inquirido e 0.5 e 1 um aumento (ou um contributo dos fatores no mesmo sentido).

Fonte: Banco de Portugal, Inquérito aos Bancos sobre o mercado de crédito